



EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, GERENCIALISMO E AS INFLUÊNCIAS DO SETOR PRIVADO NO PERÍODO 2007-2010

Maria Raquel Caetano – FACCAT
Vera Maria Vidal Peroni – UFRGS

Resumo: O artigo pretende discutir as influências do terceiro setor na educação pública do RS no período de 2007-2010, destacando as parcerias realizadas com o setor privado e as relações que se estabeleceram durante este período. Apresentam-se as estratégias utilizadas na gestão da reforma do estado gaúcho, de base gerencial, suas ferramentas e a interlocução com o setor empresarial para influenciar a gestão da educação e das escolas. Retoma-se que este tipo de gestão tem início na década de 90 a partir da Reforma do Estado de Bresser Pereira com a introdução da Administração Pública Gerencial em que buscava-se uma solução para a suposta crise do Estado. Uma das estratégias utilizadas foi o repasse das políticas sociais para o Terceiro Setor através das parcerias público-privadas. No RS não foi diferente. O governo Yeda repassou parte da execução e financiamento da educação pública ao setor privado especialmente através das parcerias, influenciando a gestão da educação e da escola.

Palavras-chave: educação, reforma do estado, parcerias, público – privado, gestão.

ESTADO GERENCIAL, TERCEIRA VIA E TERCEIRO SETOR

A crise do capitalismo foi evidenciada no Brasil, a partir dos anos 90, como uma crise do Estado e instituiu na administração pública um novo padrão de gestão intitulada de Gerencial ou Nova Gestão Pública. A Nova Gestão Pública que emergiu, na segunda metade do século XX, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior. A eficiência da administração pública - a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário - tornou-se, então, essencial. A Reforma Administrativa no Brasil (PEREIRA, 1995) incorporou as orientações da chamada “Administração Pública Gerencial, também conhecida internacionalmente como “New Public Management”, que representa uma múltipla e diversificada experiência teórica e aplicada, com variadas ênfases e formatos, na renovação da gestão nos Estados” (PEREIRA, 1997, p. 16-17). Para Abrucio (1997, p. 5), o modelo gerencial e suas aplicações foram e estão sendo discutidos em toda parte:

Modelos de avaliação de desempenho, novas formas de controlar o orçamento e serviços públicos direcionados às preferências dos “consumidores”, métodos típicos do *managerialism*, são hoje parâmetros fundamentais a partir dos quais diversos países, de acordo com as condições locais, modificam as antigas estruturas administrativas.

A Administração Pública Gerencial tem como princípios fundamentais a admissão, segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados. Afirma-se que a administração pública deve ser permeável à maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Segundo os intelectuais da reforma dos anos 90 no Brasil ligados à Terceira Via, o modelo gerencial tornou-se realidade no mundo desenvolvido quando, através da definição clara de objetivos para cada unidade da administração, da descentralização, da mudança de estruturas organizacionais e da adoção de valores e de comportamentos modernos no interior do Estado, revelou-se mais capaz de promover o aumento da qualidade e da eficiência dos serviços sociais oferecidos pelo setor público. O sociólogo Antony Giddens define o projeto da “Terceira Via” como uma social-democracia modernizada. Segundo ele “seus principais objetivos são a reforma do Estado, a revitalização da sociedade civil, a criação de fórmulas para o desenvolvimento sustentado, a preocupação com uma nova política internacional” (GIDDENS, 1998).

Assim, no projeto da Terceira Via o Estado não seria o mínimo defendido pelos neoliberais, mas um Estado que tinha como papel fundamental fomentar o empreendedorismo e a responsabilidade social dos indivíduos, grupos e empresários sociais, além de regular moralmente o mercado, o que exige uma reforma drástica do Estado (LIMA, 2004).

Um outro processo que se insere no quadro já mencionado é o movimento em direção ao setor público não estatal, no sentido de responsabilizar-se pela execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Esse processo foi chamado de publicização. Por meio de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não estatal, o denominado

terceiro setor, a produção dos serviços competitivos ou não exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle. (BRESSER PEREIRA, 1997).

Bresser Pereira (2007) afirma que essas organizações são cada vez mais interdependentes formando redes de todo tipo e que esses modelos de gestão podem ser identificados como parcerias público-privadas-terceiro setor. O Terceiro Setor é a estratégia proposta pela Terceira Via, que concorda que o Estado gastou demais e deve retirar-se da execução das políticas sociais. Nesse sentido, deve repassá-las para a sociedade civil por meio do Terceiro Setor.

A estratégia da Terceira Via (GIDDENS, 2001) tende a instrumentalizar no Terceiro Setor (MONTAÑO, 2003), os valores de solidariedade individual e do voluntarismo e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam, em favorecimento à acumulação e reprodução do capital.

Para Cardozo (2012), a relação entre Estado e sociedade civil tende a ser convertida em um meio para alterar as lutas sociais dirigidas contra a reforma do Estado, contra a reestruturação produtiva e ao mesmo tempo em que o Estado realiza parcerias com o Terceiro Setor, abre-se espaço a uma articulação com o empresariado, na procura de melhores condições de vida à população. Nesse sentido, as lutas de classes, desenvolvidas na sociedade civil, passam a atividades de ajuda mútua em parceria com o Estado e o empresariado.

Os empresários afirmam seu comprometimento com as causas sociais mediante argumentos pautados pela necessidade de construção de uma rede de solidariedade social. Ao mesmo tempo, reconhecem o retorno objetivo para a ampliação dos lucros da empresa, revelando a perspectiva orgânica da sua classe.

No interior desse discurso, fortaleceu-se a divisão entre público e privado, caracterizando-se por público tudo o que é ineficiente, aberto ao desperdício e à corrupção, e, por privado, a esfera da eficiência e da qualidade (idem, 2012). Cria-se assim, uma cultura contra o Estado, necessária para fundamentar a necessidade de privatizar bens e serviços públicos, apropriados pelas empresas privadas como fontes de novos lucros. As empresas privadas e o mercado transformam-se nas instituições que são a base por excelência no desenvolvimento das atividades sociais e coletivas.

Nesse raciocínio opera-se a mercantilização dos direitos sociais e sua orientação pela racionalidade econômica, a retirada do Estado da execução das políticas

sociais, em especial a educação, conquistado pela luta das forças democráticas, o retrocesso na construção da democracia e do exercício da cidadania.

O GOVERNO YEDA CRUSSIUS (2007-2010) E O NOVO JEITO DE GOVERNAR

No ano de 2007, assume como governadora do estado do Rio Grande do Sul Yeda Crusius (2007-2010), do PSDB, e apresenta como secretária de Estado da Educação a professora Mariza Abreu¹. Em seu Plano de Governo, Yeda apresenta “um novo jeito de governar” e para isso adota o “Choque de Gestão” (BRESSER, 1996) com o objetivo de reformar o estado, obter saldo positivo entre arrecadação e despesas – denominado “Déficit Zero”, monitorar ações para obter o máximo de eficiência nas intervenções do governo e resultados positivos.

As ações implementadas nesse sentido buscam revisar o modelo de gestão dos recursos humanos, dos processos e das rotinas administrativas, consolidar a parceria com o terceiro setor e o setor privado na prestação do serviço público, alinhados à avaliação de desempenho institucional e individual e à transparência da ação pública.

Além disso, Yeda faz uma breve avaliação da área educacional no estado, colocando que “os últimos governos estaduais fizeram pouco pela qualidade do ensino [...] os processos da avaliação da aprendizagem foram praticamente abandonados: em 2005 apenas uma avaliação-piloto foi feita em duas regiões do estado” (CRUSIUS, 2006, p. 28). Sendo assim, a futura governadora afirma que “cumprir objetivos e atingir metas estabelecidas para os diferentes níveis e modalidades de educação escolar depende diretamente da modernização da gestão educacional [...]” (CRUSIUS, 2006, p. 31).

Para o então governo, as condições do Brasil e do mundo exigem uma nova concepção de Estado. Segundo a mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa, em 2008, pela governadora, ela reafirma que o Estado provedor burocrático já não consegue dar conta das necessidades da sociedade em um mundo que se globaliza, em que há uma crescente demanda por transparência e democratização do Poder Público, em que a evolução tecnológica permite acesso praticamente imediato às informações e aos novos

¹ Professora, ex-integrante do CPERS e do SINPRO. Ex-secretária de educação de Caxias do Sul. Ex-presidente da UNDIME-RS(2005-2006). Integrante do Fórum Temático da Educação da Agenda 2020 e da Comissão Técnica do Movimento Todos pela Educação desde 2007. Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados desde 1991.

serviços e utilidades, e mais e mais se requer que o Estado esteja voltado essencialmente ao cidadão com foco nos resultados que suas ações e suas políticas públicas têm para a sociedade. Para a governadora:

O ajuste fiscal não é um fim em si mesmo, mas é condição necessária para o Estado recuperar a sua capacidade de garantir serviços públicos de qualidade. Sem o ajuste fiscal, não há como o Estado investir, aumentando a competitividade de nossa economia, promovendo o desenvolvimento e incentivando a geração de emprego e renda. O ajuste fiscal é, pois, condição de possibilidade para a construção de um futuro melhor.(2008, p.VI)

Nessa mesma mensagem (2008), apresenta os princípios de gestão pública pela qual o governo irá providenciar: “que ela (a gestão) otimize o uso dos recursos, garanta transparência e responsabilidade pública (*accountability*), siga os estritos princípios do realismo orçamentário e estabeleça novos arranjos institucionais e soluções tecnológicas em prol da melhoria e ampliação dos serviços ao cidadão.”(p.VIII)

Informa ainda que, através do conceito de uma nova gestão pública focada em resultados, o governo tem como instrumento básico de elaboração de sua estratégia de ação o chamado “duplo planejamento”. Para a governadora, a cultura do pensamento estratégico, que caracteriza esse novo jeito de governar, se expressa na gestão preferencial por programas antes que por segmentos governamentais que operem de modo quase autárquico. A gestão por programas permite identificar claramente os resultados pretendidos, as responsabilidades dos diversos órgãos do Executivo e as sinergias e parcerias necessárias ao alcance das metas, além de aumentar a transparência e a responsabilidade pública, sendo fundamental para a racionalização e para a integração da ação governamental de modo transversal. (p.VIII)

Em 2008, apresenta, ainda no campo da modernização da gestão, a proposta de um conjunto de medidas iniciais relacionadas:

- a) à apresentação de proposta de **redesenho das instituições** do Poder Executivo que contemple a fusão ou separação de pastas e redefinição de competências de modo a torná-las adequadas a uma visão contemporânea e funcional com o objetivo de fortalecer a capacidade executiva para a implementação dos programas de governo;
- b) ao **marco de relacionamento do estado com o terceiro setor**, em que serão introduzidas novas formas de organização das atividades e de arranjos institucionais, a exemplo das OSCIPS e Organizações Sociais;

c) à flexibilização administrativa por meio de contratos voltados para resultados que **fixem metas e compromissos de gestão**. (idem, p.88, grifos do autor)

A mensagem encaminhada à AL em 2009 salienta que, através de um convênio com o PGQP, houve o patrocínio que viabilizou a consultoria com o INDG sem custos para o estado. Com esse trabalho, o setor público fez uso das modernas ferramentas de gestão, que são utilizadas no setor privado, através do gerenciamento matricial da receita e da despesa e da reestruturação de órgãos e processos, gerando economia de recursos sem que fosse prejudicada a qualidade do serviço público prestado pela administração pública.

Como um dos eixos da gestão de Yeda (ibidem,p.139, 2008), o estado, através da SEPLAG, elaborou um projeto de contratualização dos resultados com entidades da administração direta e indireta. Esse projeto tem foco na apresentação de resultados de melhoria e eficiência na área de gestão e resultados através de indicadores, metas e resultados. No início de 2008, foram assinados acordos de resultados com as Secretarias de Educação, Saúde, Segurança, Justiça e Desenvolvimento Social, FAPERGS e CIENTEC. (p.139)

Para Yeda (2007), a constituição de Parcerias Público-Privadas (PPPs) é mais uma possibilidade de viabilizar projetos de obras e serviços públicos que estão limitados pela capacidade de financiamento do setor público. Sobre a importância do terceiro setor para seu governo revela que, segundo o IBGE, há, no Rio Grande do Sul, 25.591² entidades do terceiro setor empregando cerca de 140 mil pessoas. Há desde ONGs que utilizam exclusivamente trabalho voluntário, até grandes fundações altamente profissionalizadas. Deve-se reconhecer a crescente importância dessas entidades na sociedade brasileira e gaúcha.

Elas têm potencial de interferir na vida das comunidades, sendo atores importantes na implementação de políticas de desenvolvimento social. Podem se constituir em um meio de tornar ações locais de Estado mais eficientes, ao envolver lideranças que conhecem a forma de trabalhar com a sua comunidade. (p.85)
Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa 2008

Como materialização da proposta do governo Yeda, ela foi construída com forte ligação e apoio do empresariado gaúcho. Assim que assumiu o Governo do Estado, a governadora apresentou um projeto de redesenho da máquina administrativa

² Dados retirados da mensagem da governadora a AL em 2008, referenciando os dados do IBGE.

do Estado ao empresário Jorge Gerdau Johanpetter³, em que previa a gestão do governo em até seis áreas a partir da criação das câmaras setoriais. A governadora enfatizou sua determinação de fazer uma administração inovadora a partir da proposta de reordenamento do Executivo. Segundo o Jornal do Comércio (2007, p.10), Crusius

[...] salientou que ampliará a adoção, pelo Estado, das modernas ferramentas de gestão e administração. Ela entregou ao industrial uma cópia do documento 'Modelo de Gestão - Governo Yeda Crusius'. Conforme lembrou Gerdau, esses temas têm sido debatidos intensamente e tecnicamente entre o governo e o PGQP (Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade).

No mesmo encontro, o empresário Jorge Gerdau ofereceu à governadora Yeda Crusius a manutenção da consultoria de gestão que atuou na administração Germano Rigotto. Gerdau entregou a Yeda uma proposta com linhas gerais para projetos de redução do déficit público, estimado em R\$ 2,2 bilhões em 2007. Na prática, a parceria com o PGQP funciona da seguinte forma: Em fevereiro de 2005, o Programa Gaúcho da Qualidade e da Produtividade (PGQP) contratou a consultoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). A contratação custou R\$ 3 milhões por 17 meses de trabalho no estado. (Jornal do Comércio, 2007, p.10).

O PGQP atua desde 1998 e se caracteriza como entidade comunitária, a Associação Qualidade RS/PGQP, integrada por representantes de toda a sociedade: empresas, trabalhadores, universidades, consumidores, governo, entidades e outros, é a instituição que oferece o aporte financeiro para o pagamento da consultoria do INDG de Falconi. A conspiração pró-Falconi como é intitulada é composta por empresários que patrocinam os projetos do consultor nos governos. Destaca-se a fala de Falconi com relação aos empresários: "O papel dos empresários não é só financiar", diz Falconi. "O maior valor da participação deles está na presença em reuniões com governadores, secretários e equipe para cobrar resultados." (REVISTA EXAME, 2007)

³ Jorge Gerdau Johannpeter, 72 anos, é presidente do Conselho de Administração da Gerdau. Coordena a Ação Empresarial, um dos movimentos para a busca da execução de reformas estruturais necessárias para o crescimento brasileiro. É presidente fundador do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e do Conselho Superior do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP). Também integra a FNQ, a International Academy for Quality (IAQ) e preside o Conselho de Administração do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). É presidente do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação. Faz parte do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobras, do Conselho Superior Estratégico da FIESP, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Federal e do Conselho da Parceiros Voluntários.

Ainda em 2008, o governo Yeda criou “Os Programas Estruturantes”⁴, que equivalem a projetos de modernização para o Rio Grande do Sul. Muitos se concretizam por meio de parcerias público-privadas e contam com participação do terceiro setor na formação de redes solidárias.

Sobre as relações do Governo do Estado com o empresariado, elas se estabelecem como em uma rede articulada que busca legitimar ações. No caso do RS, ocorre através das relações entre pessoas e empresas, influenciando a gestão de corporações empresariais e também do estado. Ayres (2002) diz que, dentre tantas transformações na economia e no meio empresarial, pode-se dizer que o surgimento de novas formas de gerenciamento e atuação empresarial culmina com o desenvolvimento de organizações articuladas em redes que agregam valor a sua cadeia produtiva. As organizações do terceiro setor do Brasil têm percebido que o impacto social gerado pela sua atuação poderá ser muito potencializado, se suas ações forem articuladas em redes de maior abrangência técnica ou geográfica.

A força e influencia de redes entre empresas do setor privado tanto no mercado quanto no Estado, causam impacto nas políticas públicas, principalmente quando ofertam serviços sociais, como a educação. Há um domínio do setor privado sobre o setor público, decorrente do processo de uma perda de legitimidade deste último.

Por meio do mapeamento dessas relações entre os sujeitos, se pretendeu chegar a uma análise cujo objetivo foi mostrar que a configuração da rede pode fornecer pistas, subsídios para a construção das parcerias público-privadas na educação do RS. Partiu-se de pesquisa realizada em vários sites nos anos de 2008, 2009, 2010 e em documentos oficiais, jornais da época publicados. Percebeu-se como as parcerias público-privadas se movimentam no RS e que relações existem entre as instituições que as compõem. Neste caso, as parcerias realizadas com o estado do RS na educação no período (2007-2010) são do campo empresarial/ligadas ao mercado e não possuem organização popular.

Para ficar mais claro, apresentamos a figura inserida a seguir, que demonstra o movimento das parcerias através das empresas que as compõem e as ligações que vão dando sentido a essas relações, partindo de pessoas e instituições. Utilizamos como exemplo, um programa da Secretaria de Educação do Estado intitulado Projeto Piloto de

⁴ <http://www.estruturantes.rs.gov.br>. Acesso em: 7 julho 2008.

Alfabetização das crianças aos seis anos que foi a primeira ação tomada pela secretária Mariza Abreu.

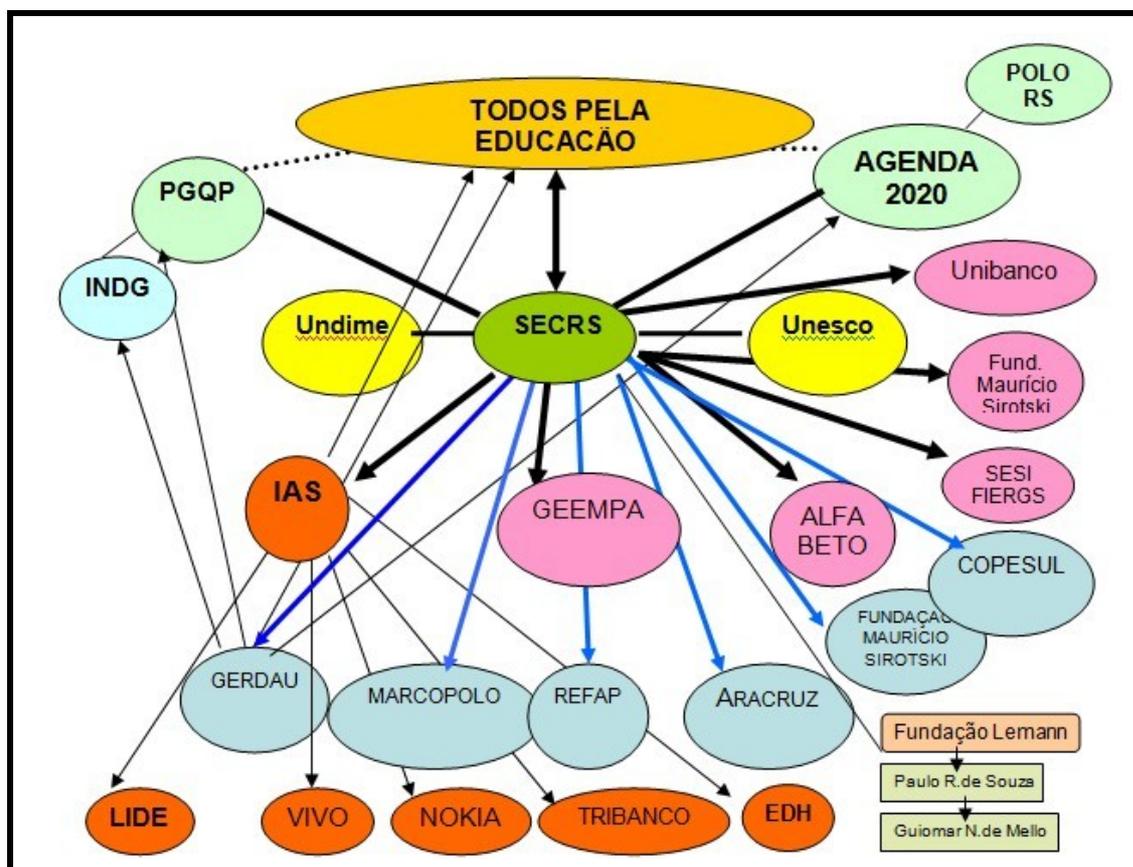


Figura 2 – Relações de parcerias na educação no RS a partir do Projeto Piloto de Alfabetização e instituições privadas.

Fonte: a autora, 2010.

Tendo como ponto de partida as parcerias realizadas através do Projeto Piloto de Alfabetização de crianças aos seis anos com as instituições GEEMPA, ALFA E BETO e INSTITUTO AYRTON SENNA, percebem-se as relações que se estabelecem através da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), sendo primeiramente com a UNDIME e UNESCO, órgãos representativos dos secretários municipais de educação e órgão ligado às Nações Unidas, que possuem certo respaldo e reconhecimento público. Em 2009, a SEDUC possuía parcerias, além das três instituições para o PPA, com o Instituto Unibanco⁵, SESI-FIERGS⁶ e Fundação

⁵ O Instituto Unibanco firmou parceria com a SEDUC, em 2007, com a implementação do “Projeto Jovem de Futuro”.

⁶ O projeto SESI-FIERGS para a implantação da Consultoria Educação de Qualidade é baseado na administração da Qualidade Total e dissemina idéias e ferramentas da GQT.

Mauricio Sirotski⁷ para a realização de programas na área da gestão escolar, infraestrutura e informática. O PPA, na sua implantação, em 2007, tinha como financiadores, segundo o site e documentos publicados pela SEDUC, as empresas MARCOPOLO, GERDAU, FUNDAÇÃO MAURÍCIO SIROTSKI, REFAP, ARACRUZ e COPEL. A empresa Gerdau possuía relações diretas com o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (INDG) de MG, coordenado por Vicente Falconi Campos. O mesmo assessorou o PGQP e o Governo do Estado na gestão Yeda Crusius (2007-2010), como já o fez no governo de Germano Rigotto.

O PGQP forneceu assessoria técnica à SEDUC e ambos estavam ligados ao Todos pela Educação, que tinha como diretor executivo Jorge Gerdau. Jorge Gerdau também fazia parte do Conselho Estadual do Compromisso Todos pela Educação e a Gerdau estava ligada à Agenda 2020. Jorge Gerdau Johannpeter era o presidente do Conselho de Administração do INDG (Instituto de Desenvolvimento Gerencial) juntamente com José Martins Godoy e Vicente Falconi Campos, fundadores do mesmo. O INDG tem uma área que atua na gestão educacional chamada EDUC AÇÃO e possui várias empresas parceiras e apoiadoras e uma delas é a empresa GERDAU. Através de Jorge Gerdau, percebe-se a influência que possui no cenário estadual e nacional através das instituições apresentadas. Além disso, Jorge Gerdau era o presidente do Conselho Superior do PGQP – Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade do RS, que congrega uma série de instituições ligadas ao empresariado gaúcho em várias áreas. O poder de influência do PGQP é muito grande, tendo em vista os números apresentados no site: 1,1 milhão de pessoas, 8 mil organizações com adesão ao programa, 250 mil pessoas capacitadas, uma rede com 79 comitês e 15.000 voluntários.⁸

Além da influência do PGQP tanto na esfera pública quanto na privada, a Agência Pólo – RS - Agência de Desenvolvimento é uma instituição da sociedade civil organizada que atua no RS e também em outros estados do país e América do Sul e é coordenadora da AGENDA 2020, uma organização que congrega empresários, sociedade civil, instituições do terceiro setor, universidades, que reúne empresas e entidades representativas de diferentes setores da economia do RS, como a Federação

⁷ O projeto Parceiros da Educação é desenvolvido pela Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho. O projeto prevê a contratação de especialistas para desempenharem funções de consultoria e apoio técnico. Fonte: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=50&ID=4931. Acesso em 15 nov. 2009.

⁸ Um dos trabalhos voluntários de Gerdau é presidir os 57 núcleos comunitários regionais do Programa Gaúcho de Qualidade Total. Em entrevista ao Valor, Gerdau defende um novo pacto entre sociedade, iniciativa privada e poder público, onde o Terceiro Setor assume papel de destaque.

das Indústrias do Rio Grande do Sul – FIERGS, a Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul – FECOMÉRCIO, a Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul – FEDERASUL, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul – FCDL, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – FARSUL e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/RS. Possui o apoio da GERDAU, COPESUL, HABITASUL, TAURUS, STEMAC e MERCÚRIO, além de estar ligada a vários movimentos como Sociedade Convergente da Assembléia Legislativa, ao Todos pela Educação e ao Conselho de Desenvolvimento do Estado do RS. A Agência POLO RS relaciona-se com organizações similares no mundo inteiro e conta com uma rede internacional de agentes virtuais⁹.

O movimento Agenda 2020 iniciou em 2006¹⁰ e é um conjunto de diversos projetos compreendidos como necessários ao desenvolvimento do RS. O caminho percorrido e a continuidade da Agenda 2020 têm como sustentação o trabalho voluntário de pessoas ligadas às empresas e instituições apoiadoras que atuaram diretamente nos fóruns temáticos. A metodologia utilizada no trabalho foi a Busca de Visão de Futuro¹¹ e o Balanced Scored¹², ferramentas gerenciais utilizadas no planejamento estratégico de empresas e demais instituições¹³.

⁹ <http://www.polors.com.br/>. Acesso em: 15 maio 2009.

¹⁰ Nos dias 8 e 9 de março de 2006, foi realizado o seminário sobre visão de futuro da Agenda 2020. Fonte: Uma agenda em movimento. www.agenda2020.org.br. Acesso em: 15 maio 2009.

¹¹ Dinâmica que permite encontrar um denominador comum num grupo extremamente heterogêneo. Ela parte da premissa de que, focando nos pontos comuns, se pode construir uma visão futura compartilhada por todos.

¹² Modelo de gestão que permite traduzir e operacionalizar essa visão futura compartilhada. Esse sistema é composto por um mapa estratégico; um conjunto de indicadores; um conjunto de projetos que movimentam o todo em direção ao futuro desejado.

¹³ <http://www.agenda2020.org.br>. Acesso em: 15 maio 2009.



Figura 2 – Relação formada pela Agenda 2020 entre pessoas e instituições ligadas ao setor empresarial (2009).

Fonte: a autora, 2010.

Em 2008, a governadora Yeda Crusius assegurou uma cadeira na mesa de debates econômicos¹⁴, para representantes da Agenda 2020. Nesse evento, foi apresentado um balanço das atividades de 2007, as ações para 2008 e o alinhamento com os projetos do governo.

Mostrando a influência dessa organização no Governo do Estado como um dos principais interlocutores, no dia 7 de março de 2008, foi instalado o Comitê de Gestão do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e tomaram posse dois integrantes pela Agenda 2020¹⁵. A coordenadora do Fórum Temático da Educação da Agenda era a secretária de Estado de Educação Mariza Abreu.¹⁶ Ela coordenou a

¹⁴Fonte dessa informação: http://comitelog.net/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubseciaoID=715548&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=072541&Titulo=Agenda%202020%20integra%20conselho. Acesso em 20.11.2011. Também disponível em Relatório Agenda 2020, 2009, p.19.

¹⁵ Os conselheiros eram Ronald Krumenauer e Paulo de Tarso Pinheiro Machado.

¹⁶ <http://www.agenda2020.org.br>. Acesso em 15 maio 2009.

reunião onde detalhou os projetos de educação básica de qualidade e o de educação profissional, ligados ao Programa Estruturante Boa Escola para Todos, com a consultoria do PGQP.¹⁷ Além disso, no Projeto Educação Básica de Qualidade da Agenda 2020, verifica-se a posição definida sobre a educação do estado. O projeto possui 22 metas a serem executadas pelos governos estadual, municipal e federal.¹⁸

Alguns ex-integrantes da POLO-RS e voluntários da Agenda 2020 fizeram parte do governo Yeda, como é o caso de Erik Camarano (economista e ex-secretário-geral de Governo), Arthur Lorenz (ex-secretário de Ciência e Tecnologia) e Edson Goulart (ex-secretário de Segurança Pública). Nesse contexto, pessoas e instituições se organizam em redes para que possam construir e agregar valor às suas relações e passam também a influenciar os rumos tanto dos governos na concepção e implantação das políticas, quanto da sociedade como um todo, atendendo a interesses diversos ligados ao capital e ao mercado.

O diálogo da SEDUC com o empresariado gaúcho é mantido para além da relação com a Agenda 2020, através dos eventos promovidos por entidades representativas, como o Evento “Tá na mesa” promovido pela FEDERASUL, no qual a Secretária Mariza Abreu, assim como outros membros do governo dialogam com os empresários sobre as propostas para a educação gaúcha. Diante dos empresários que compunham a direção da FEDERASUL, a secretária Mariza Abreu explicou que as propostas da SEDUC estavam sintonizadas com o Compromisso Todos Pela Educação, lançado no final de 2006, por representantes do empresariado nacional. Mariza Abreu ressaltou que os projetos da pasta também estavam articulados com a proposta “O Rio Grande que Queremos: Agenda Estratégia 2006-2020”, coordenada pelas federações do meio empresarial gaúcho. Mariza Abreu expôs um cronograma de ações e fez ponderações quanto ao andamento do trabalho em conjunto entre a SEDUC e a Agenda 2020. (8.8.2007)

Esta prática de diálogo sobre as políticas pensadas pela SEDUC, não se estabelece com o restante da sociedade gaúcha. Estes fatos apontam que o projeto

¹⁷ No mapa estratégico da Agenda para a Educação, estão projetos como definir e implementar um modelo de educação básica com foco na qualidade; capacitar para o mercado e para a cidadania, articulando instituições de ensino superior, escolas, empresas, ONGs e governo, ampliando o ensino profissional.

¹⁸ Entre as metas citadas, estão: remuneração de 100% dos professores com parte determinada em função dos resultados educacionais, participação em atividades de formação continuada de 100% dos professores a cada quatro anos com foco no desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas pelos alunos, alfabetização plena de 80% das crianças de oito anos até 2010 e 100% até 2020, aumento da eficácia do gasto por aluno (relação gasto x IDEB) na educação gaúcha, aumento dos gastos privados com educação em relação ao PIB gaúcho, entre outros.

educacional da SEDUC encontra-se claramente identificado com o projeto educacional do empresariado, o qual apóia o ajuste fiscal do Estado e, conseqüentemente, a eficiência dos gastos públicos com a educação através da adoção de “práticas modernas de gestão”, introduzindo os mecanismos de gestão da esfera privada na escola pública.

Para Sommacal (2009), professor da rede pública estadual de educação, o diálogo não existiu e a prática política dos gestores mostrou a forma mais centralizada na tomada de decisões. Não houve construção, mas tentativa de imposição. Foi assim que a secretária de educação, Mariza Abreu, já nas primeiras atitudes, anunciou medidas que culminariam com o “fechamento de escolas, a municipalização, a enturmação, a multisseriação, o corte de verbas para investimentos, o atraso no repasse da autonomia financeira, a escola em *contêineres*, o combate às entidades dos servidores e uma série de iniciativas visando a retirar direitos e enfraquecendo as carreiras”.(idem,p. 115)

Alinhado ao projeto de Modernização da Administração Pública Estadual e disposto a fazer um “choque na gestão pública”(BRESSER,1996), o Governo do Estado selou o contrato de financiamento de US\$1,1 bilhão ao RS. A operação integra o programa do RS de sustentabilidade fiscal para o desenvolvimento. “O financiamento do BIRD tem como contrapartida o compromisso de realizar várias reformas sociais, entre elas a “reforma na educação do Estado”(AGENDA 2020), proposta pelo próprio governo ao BM a exemplo de outros estados do Brasil.

O Banco Mundial concede empréstimos, mas condiciona as políticas dos governos, que devem ser adequadas ao que estabelece o Consenso de Washington. Aceitando as imposições do BM, a governadora pediu um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão, concedido em duas etapas, mas, em troca, deveria enxugar os gastos do estado com funcionalismo e operar mudanças nas carreiras. Uma das áreas mais atingidas foi o setor social, entre eles, a educação.

Conforme podemos evidenciar, no ideário desse pressuposto, a base de toda mudança, entretanto, é a educação. Para Giddens (2001), teórico orgânico da Terceira Via: “A principal força no desenvolvimento de capital humano obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que pode estimular a eficiência econômica e a coesão cívica” (GIDDENS, 2001, p. 78). Não deve ser uma educação estática, baseada na formação para a vida adulta, mas a educação para adquirir competências a serem desenvolvidas ao longo da vida. Para cumprir essa e outras funções sociais, o Estado é importante. Mas ele deve atuar mais como fomentador do que como fornecedor dos serviços. É aí que as agências do terceiro setor ganham um papel

específico.

No contexto apresentado, em relação à educação, no Plano de Governo (2006) constava para a área da educação: “Modernizar a gestão educacional, em primeiro lugar, com a criação de um sistema de metas e indicadores de resultado e esforço, monitorando as taxas de repetência, evasão e distorção série-idade e avaliando o rendimento dos alunos e das escolas de ensinos fundamental e médio das redes públicas estaduais e municipais; Melhorar a qualidade dos serviços educacionais, avançando na gestão democrática e na autonomia da escola, a qual deve, em contrapartida, responsabilizar-se por seus resultados frente à comunidade em que atua e à sociedade gaúcha; Intensificar as ações de capacitação de gestores escolares, incluindo direções das escolas e conselhos escolares; Profissionalizar os quadros da Secretaria de Educação e de suas coordenadorias regionais, por meio da escolha de pessoal, principalmente dos dirigentes, com base na qualificação técnica e na identificação com a proposta de gestão educacional do governo, de forma a reduzir as interferências de ordem político-partidária.” (PLANO DE GOVERNO, 2006, p. 34-35).

Mais uma vez a opção pelo gerencialismo é fato concreto nas propostas do governo. A meritocracia, a responsabilização, o foco nos resultados, são à base da gestão gerencial e por fim a separação do político, mas em contrapartida, a identificação com o governo, são alguns dos pontos que aproximam a política de educação do estado com o empresariado.

Com relação aos projetos de Yeda e Mariza, a presidente do CPERS Rejane Oliveira apresenta a visão de que

Existe uma estratégia do governo montada da seguinte forma: começou falando de uma crise – que todos os institutos de economia disseram que não era diferente das de outros governos – para justificar os cortes. Aí cortou 30% das verbas de manutenção das escolas, implantou a multisseriação – colocando alunos de três séries em uma mesma sala de aula, com conteúdos diferentes, graus de exigência diferentes, faixas etárias diferentes – e a enturmação, com 50 alunos em uma sala de aula. (ADVERSO,2009)

Constata-se que a melhoria da gestão da escola pública refere-se a um ajuste e corte do Governo do Estado em relação ao financiamento da escola e à diminuição do seu papel em relação a sua manutenção. Não existe a possibilidade de melhorar a escola pública cortando 30% das verbas que a mantêm, fechar escolas e enturmar alunos. Além disso, é importante destacar que a Secretaria de Educação ainda retirou profissionais de

setores importantes da escola como secretarias, bibliotecas, laboratórios de informática e de setores que buscam assessorar os professores, como é o caso da coordenação pedagógica. Ou seja, de qual qualidade o governo está falando? Percebe-se o quanto é necessário ao governo desconstruir a escola pública e seus profissionais para poder implantar uma reforma em que apresenta como principal parceiro o setor privado, ou seja, os grandes empresários do estado que não são educadores, mas representantes do capital no qual o governo tem a sua base e apoio para sua sustentação.

A Lei de Gestão Democrática implantada no RS através da luta dos profissionais da educação prevê que os projetos político-pedagógicos e os planos de estudos devem ser construídos a partir da discussão pedagógica de acordo com o seu contexto, respeitando as diferenças locais. Deve haver também a participação de todos os segmentos da comunidade escolar comprometidos com a construção de uma educação pública e de qualidade, portanto os programas da SEDUC desconsideram a participação dos maiores responsáveis pela educação pública no estado, que são os professores. Os programas e projetos já saem prontos da SEDUC apenas para serem executados pela escola, sem possibilidade de participação na construção, ou seja, há uma clara separação entre os que “pensam a escola”, no caso a secretaria de educação e os que “executam na escola”, os diretores e professores.

O déficit zero, divulgado pelo governo, se explica no momento em que o estado não investe na educação. Segundo dados do Ministério da Educação, o Rio Grande do Sul foi o estado que menos investiu em educação no ano de 2008. O mínimo constitucional é de 25%. No RS é de 35%. O estado investiu 18%.

Importante ressaltar ainda o salto quantitativo em relação às parcerias públicas e privadas na educação do RS já instituídas pela Secretaria de Educação do RS conforme quadro a seguir.

Parcerias com o setor público		Parcerias com o setor privado	
INSTITUIÇÃO	PROGRAMAS	INSTITUIÇÃO	PROGRAMAS
MEC	PAR/PDE, PDE/Escola; Enceja; Brasil Alfabetizado; Brasil Profissionalizado; ProInfo; Escola Aberta; Projeto de Alfabetização.	Instituto Unibanco	Projeto Jovem de Futuro.
Presidência da República	ProJovem Urbano RS.	REFAP, GERDAU, ARACRUZ, COPE SUL e MARCOPOLO	Projeto para Alfabetização.

Secretaria Estadual da Saúde	PIM e PPV.	Instituto Senna	Ayrton	Projeto para Alfabetização.
	UNDIME/RS:			SAERS.
CONSED	Pró-gestão-RS. Projeto para Alfabetização.	GEEMPA	Oi / Brasil Telecom	Projeto para Alfabetização.
				UNDIME/RS
		Instituto Gerdau		Construção de quadras de esportes. Minha Terra.
		Fundação Telefônica		
		Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho		Projeto Parceiros da Educação.
		SINEPE/RS		SAERS.
		Microsoft		Projeto Aluno Monitor.
		SESI/RS		Consultoria para Educação de Qualidade.

Fonte: Quadro construído com base nos slides apresentados pela secretária Mariza Abreu em reunião na FEDERASUL-RS.¹⁹

Portanto, além de não aplicar o mínimo exigido pela legislação em educação, a secretária demonstra, através das parcerias, em particular com o setor privado, que estaria ocorrendo uma fase bem avançada de privatização da educação do estado do RS.

Considerações finais

A redefinição do papel do Estado para com a educação evidenciou-se no período de estudo (2007-2010), através da redução dos investimentos na área e do repasse à iniciativa privada da gestão das escolas. Percebe-se que não é apenas a questão do financiamento, mas também dos conteúdos que entram na escola através desses programas, modificando a lógica da gestão. Nesse caso, a gestão por resultados foi a principal bandeira da SEDUC. Embora se concorde que os resultados em educação são importantes, questiona-se a forma de buscar incessantemente os mesmos, utilizando, para isso, a lógica gerencial e o pacto com o empresariado, desqualificando os reais interlocutores da proposta de educação do estado: professores, diretores, alunos, pais e comunidade escolar.

A análise sobre o “novo jeito de governar” e as “mudanças no padrão da gestão” que foram inseridas no campo educacional pelo governo gaúcho(2007-2010) evidencia a ênfase do gerencialismo na educação, substituindo a participação dos

¹⁹ Gestão da educação no RS: desafios e reformas - Mariza Abreu, secretária de Estado da Educação.
Data: 01/04/2009

professores, alunos, pais, comunidade escolar na construção de políticas educacionais por consultorias e entidades privadas que visam aumentar a eficiência dos gastos públicos através de modelos de gestão inspirados no mundo empresarial e formar trabalhadores a partir dessa lógica.

Referencias:

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, Brasília, n. 10, 1997.

AYRES, B. Redes Organizacionais no terceiro setor: um olhar sobre suas articulações. 2002. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 22 set. 2009.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Cadernos MARE da reforma do Estado nº 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CARDOZO. Natanael Cristina de Vasconcelos. A emergência do terceiro setor no contexto neoliberal e sua relação com os projetos de responsabilidade social e voluntariado empresarial. Disponível em www.pg.pr.gov.br/files/selosocial/artigo_terceiro_setor.doc. Acesso em 10.2.2012

GIDDENS, Antony. A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIDDENS. A.. Há uma alternativa. Entrevista: Anthony Guiddens. Disponível em http://veja.abril.com.br/300998/p_011.html. Acesso em novembro de 1998.

LIMA, K. R. de S. Terceira Via ou social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade. In Universidade e Sociedade, ano XIV, n. 34, outubro de 2004.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORALES, Carlos Antonio. Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. Revista do Serviço Público, ano 49, n. 4, out./dez. 1998.

Documentos eletrônicos e sites

SOMMACAL. Cláudio. Mudar o projeto para avançar na qualidade do acesso, da permanência e da gestão. Relatório Azul 2009: garantias e violações dos direitos humanos. Porto Alegre: Corag, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Plano de Governo Yeda. 2006. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/conteudoPuro_categoria.asp>

ta=1&modo_exibicao=LISTA&cod_tipo_conteudo=5&cod_menu=444>. Acesso em: 24 set. 2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO RS. SEPLAG. Modelo de Gestão 2007-2010. 2006. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 set. 2009.

BRASIL. MARE. Caderno do Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública. Caderno 4, Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 8.9.2009.

BRESSER PEREIRA. Luis Carlos. O setor público precisa de um choque de gestão. Revista Valor. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1736>>. Acesso em: 14 mar. 2006.

<http://www.educacao.rs.gov.br>.. Acesso em: 31 mar. 2010.

http://www.al.rs.gov.br/destaques/Mensagem_da_Governadora_2009.pdf

<http://www.al.rs.gov.br/transcricoes/2010/Fevereiro/03/Mensagem%20da%20Governadora%202010.pdf>

<http://www.scp.rs.gov.br/upload/mensagem20082.pdf>

<http://www.polors.com.br/>. Acesso em: 15 maio 2009.

<http://www.agenda2020.org.br>. Acesso em 15 maio 2009.

<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0888/gestaoepessoas/m0123952.html>. Acesso em: 15 maio 2010.